

ATA DA 094ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Partidos Políticos

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Reporta-se às questões que envolvem a economia, a administração e os problemas da arrecadação do estado.

**DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR** - Aborda a Lei da Ficha Limpa.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Cesar Souza Junior.

**DEPUTADO DADO CHEREM** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Cesar Souza Junior.

**DEPUTADO CARLOS CHIODINI** - Reporta-se ao Ideb em Santa Catarina.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Manifesta-se a respeito da campanha municipal em Caçador e ao fechamento da Central de Inseminação Artificial de Indaial.

## **Explicação Pessoal**

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Manifesta-se a respeito da educação.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** (aparte) - Parabeniza a deputada Ana Paula Lima pelo tema abordado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Gostaria de saudar o sr. presidente, os srs. deputados, todas as pessoas que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital, pela TVAL e visitam esta Casa.

Quero falar sobre as questões que envolvem a economia deste estado, a administração do governador, os problemas da arrecadação do estado. E quero começar, sr. presidente, falando sobre os números da arrecadação deste ano.

Aqui se fala muito na mudança dos incentivos fiscais do ICMS para produtos importados, do Pró-emprego. E quero trazer uma informação sobre a prestação de contas da secretaria de estado da Fazenda que traz um número que não mostra isso comentado pelo governador de que a arrecadação caiu. Pelo contrário, tivemos um aumento de R\$ 396 milhões na arrecadação relacionado ao mesmo período do ano passado.

Quanto à previsão de arrecadação, aí, sim, na nossa avaliação houve uma superestimativa na arrecadação. E aí, sim, essa superestimativa não foi alcançada. Isso precisa ser de fato esclarecido. Mas aumentou 7,8% a arrecadação do

mesmo período do ano passado, bem acima, inclusive, da inflação. E isso precisa ser esclarecido. Mas nada que se fale que a arrecadação caiu e que não tem condições de pagar o funcionalismo no final do ano, e assim por diante. Então, quero deixar muito claro que os números mostram que tivemos uma arrecadação maior no mesmo período do ano passado, relacionado a R\$ 396 milhões, 7.8% de aumento de arrecadação.

Outra questão muito comentada, e isso não está demonstrado nos números, é a mudança dos incentivos fiscais para importação do Pró-emprego, pois a partir de maio tivemos essa mudança, mas não sentimos uma redução na arrecadação. E esse é um dado importante.

Então, o que de fato está colocado aqui é que houve no ano passado, nas estimativas do governo, uma estimativa além do que de fato se tem de arrecadação neste ano, mas não que tenha caído. Por isso, não queremos que seja justificado que caiu a arrecadação para não fazer os investimentos que o estado precisa.

Na nossa avaliação, e todo mundo sabe, existe um crescimento vegetativo da folha de pagamento, mas é uma questão natural, e a própria base do governo sempre tem apoiado aqui iniciativas, e esperamos que a de ontem e a que aconteceu alguns dias atrás, da votação da carreira jurídica dos delegados e da Polícia Militar, não seja para o futuro mais um custo para o estado, pois já temos um grupo da chamada cúpula do funcionalismo público estadual batendo o teto do Judiciário. Então, que esses funcionários aprovados aqui não venham logo com um projeto para ir para o teto do Judiciário.

Agora, o funcionalismo público não pode ser o vilão da história, os responsáveis por falta de estratégias e de investimentos do estado, seja em saúde, educação, segurança, infraestrutura, nas nossas rodovias etc.; que não há um investimento grande. E a pergunta que fica e que a sociedade catarinense faz é a seguinte: Para onde vai o dinheiro público em Santa Catarina?

Assim, se é necessário cortar gastos, que não se corte gastos em lugares zerados, pois o funcionalismo não pode ser o vilão, porque ele presta serviço. O sentido de existir o estado é justamente de prestar um serviço para a sociedade, e aí se coloca isso como um problema de gasto. Isso não! O bom serviço prestado, o funcionário bem valorizado, remunerado, que presta um bom serviço lá na ponta, é importante. Essa é a lógica de existir o estado, ou seja, para prestar um serviço, cobrar os impostos, sim, e retribuir com serviços. Isso é o que precisamos aqui, de fato, fortalecer em Santa Catarina.

Agora, continuamos questionando o alto custo com o meio, que não é o fim lá na prestação de serviço para a sociedade, na segurança, na saúde e na educação, mas a manutenção de cargos de confiança. E aí continuamos questionando o alto número de secretarias regionais, que no ano passado custou basicamente o aumento de arrecadação que tivemos aqui, R\$ 396 milhões no ano passado para este ano. Gastou-se R\$ 311 milhões, no ano passado, apenas para manter as nossas secretarias regionais. Isso, sim, precisa ser questionado e nós fizemos o questionamento e estamos de acordo.

Outra questão gravíssima em Santa Catarina, que acaba concentrando cada vez mais renda, é a forma dos incentivos e da renúncia fiscal, que acaba concentrando-se em grandes empresas, em grandes grupos econômicos, bem como concentrado, conseqüentemente, em algumas regiões jamais desenvolvidas do estado.

A união tem política, sim, de incentivo fiscal, mas são para distribuir o desenvolvimento também nas regiões mais carentes, mais pobres, do nosso país, como é o exemplo dos investimentos nos territórios da cidadania. Mas aqui estamos vivendo justamente o contrário, os incentivos fiscais e a renúncia fiscal, que é altíssima, chegam a 30% da possibilidade da arrecadação do estado. Isso é muito alto e os critérios praticamente não existem.

Então, a lógica da renúncia e da isenção fiscal acaba justamente servindo para os ricos ficarem mais ricos. E era isso que eu falava da tribuna ontem, ou seja, que temos que ter políticas de incentivo para os mais fracos, para as regiões menos desenvolvidas, principalmente na região serrana que tem índices de desenvolvimento muito baixo. Até falava há pouco com o deputado Elizeu Mattos que na região de Lages temos milhares e milhares de pessoas que não recebem o salário mínimo sequer.

Essas regiões, sim, precisam de mais incentivos. Aí vamos criar com o recurso público, com a renúncia fiscal, porque acaba o dinheiro não vindo e depois não tem dinheiro para investimentos. Se não fosse a presidente Dilma Rousseff socorrer Santa Catarina com mais de R\$ 5 bilhões, o estado não teria condições mínimas de atender às necessidades básicas, principalmente na área de infraestrutura, da saúde e outras questões como a telefonia, a internet. Então, questionamos a alta renúncia fiscal do estado que chega a 30%.

Por isso, vamos continuar cobrando, porque é o nosso papel como Oposição. Mas o governador Raimundo Colombo prometeu muito na campanha de resolver os grandes gargalos em Santa Catarina, as grandes preocupações do nosso povo, que é a questão da saúde em primeiro lugar, a segurança pública, a educação de qualidade. E hoje isso não está ocorrendo.

Portanto, faço novamente a pergunta: para onde está indo o dinheiro arrecadado em Santa Catarina, que de fato precisa ser aplicado?

O estado não tem uma política da habitação. E muitos precisam de casas para morar, precisam de saneamento, de infraestrutura e dos demais pontos aí, por exemplo, como da saúde, da segurança e da educação.

Então, é isso que questionamos. Não podemos distorcer números e informações da redução da arrecadação, porque ela aumentou, e o funcionalismo público não pode ser o vilão da história.

O funcionalismo tem, sim, que prestar um bom serviço, tem que se sentir bem, tem que ser valorizado e não fazer cortes, como estamos aqui com a redução de gastos, com o governo fazendo uma indicação para fechar a Cidasc que presta um grande serviço à sociedade, principalmente aos agricultores de Santa Catarina, no serviço de inspeção e de inseminação artificial, melhorando as condições da economia, produzindo mais leite, produzindo melhor qualidade do leite, melhores animais.

Os cortes não podem ser feitos em lugares errados. Isso vai atrapalhar mais o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Cesar Souza Junior por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR - Bom dia a todos.

Realmente estamos num esforço concentrado. E eu gostaria de destacar aqui um projeto nosso, um projeto nascido neste plenário, que tem o DNA legitimamente catarinense e que hoje vem ganhando o Brasil, vem ganhando vários municípios e agora está tendo tramitação no Senado Federal, um projeto aprovado por este plenário, de nossa proposição, o projeto Ficha Limpa estadual.

A matéria foi aprovada em dezembro de 2010 e prevê que quem tiver enquadrado naqueles requisitos legais que impedem a eleição, a candidatura, nos requisitos da Ficha Limpa, também sejam impedidos de ocupar cargos públicos de livre nomeação, em todos os Poderes e também no Tribunal de Contas. Pois bem, esse projeto de lei foi aprovado em Santa Catarina, sancionado pelo governador à época, Leonel Pavan, mas nasceu nesta Casa, dos debates dos parlamentares. E esse projeto acabou servindo de paradigma para o Brasil.

Hoje, já são mais de 20 estados da federação que aprovaram projetos idênticos ao que foi aprovado em Santa Catarina; já passaram de 300 Câmaras municipais, prefeituras, que também adotaram a mesma medida legal, ou seja, foi uma iniciativa catarinense com o DNA da Assembleia Legislativa do nosso estado que virou referência para o Brasil.

Esse projeto também agora se encontra em tramitação federal, já aprovado na comissão de Constituição e Justiça do Senado, e acreditamos que muito em breve também deverá virar uma lei federal que abrangerá inclusive os servidores federais. Tudo isso vem na esteira da sociedade que exige uma postura limpa, decente e honesta dos seus governantes, porque não tem sentido alguém não poder ser candidato num município pequeno por uma questão do enquadramento na Lei da Ficha Limpa e poder assumir um cargo público de livre nomeação, de grande vulto, como a secretaria da Fazenda, diretorias do Tribunal de Justiça, no Ministério Público, ou seja, talvez a Ficha Limpa no cargo de livre nomeação seja até mais representativo do que o da eleição, porque o da eleição é importante, mas ainda quem se candidata vai passar pelo crivo popular, que foi um grande avanço no Brasil, agora, nos cargos de livre nomeação realmente foi uma lacuna da lei que esta Assembleia Legislativa soube enxergar. Um projeto que propomos e que contamos com o apoio unânime dos 40 deputados em votação, e começou por Santa Catarina, já fazendo os seus efeitos em casos concretos, avaliados pelo Ministério Público, que inclusive compreendeu que a nossa lei é legal, uma lei absolutamente constitucional e que não feria em nada a hierarquia legislativa do País.

Então, acho que é algo que temos que celebrar. No momento em que se fala muito no esvaziamento de atribuições do Poder Legislativo, isso representado em várias Câmaras municipais, Assembleias Legislativas, e na própria Câmara federal e no Senado, no momento que muita gente contesta a real utilidade do Poder Legislativo, esse é um exemplo de vários que temos nesta Casa.

Um exemplo positivo de uma lei gestada no Legislativo, por ele debatida e por ele aprovada, que virou sem dúvida algo representativo no Brasil, já que tanto o projeto federal, tanto os projetos estaduais que replicaram, e os mais de 300 projetos aprovados pelas Câmaras municipais, são com poucas diferenças a exata cópia, réplica, daquilo que foi aprovado nesta Assembleia Legislativa.

E quando se começa a contestar a real utilidade do Poder Legislativo é algo muito perigoso para a democracia. Sabemos que este Poder representa a população catarinense na sua diversidade de opiniões, na sua diversidade regional, e eu tenho certeza de que há muitas boas iniciativas aprovadas no Poder Legislativo, que têm que ser reconhecidas pela comunidade, como foi o caso da Lei da Ficha Limpa Estadual, DNA catarinense surgido aqui e exemplo para o Brasil.

Deputado Ismael dos Santos, conheço a sua dedicação, a sua luta na defesa da família e principalmente na defesa da recuperação dos dependentes químicos. E estou absolutamente convencido de que não podemos transigir nessa luta, nesse processo em que convivemos muito com a sociedade, em que conversamos com as pessoas. Até ousar dizer que quase não há mais família em Santa Catarina que não tenha sido atingida por esse flagelo. E digo isso pela necessidade que temos em colocar nas agendas dos governos o tratamento e oportunidade para que o dependente químico possa deixar as drogas. Eu sei que v.exa. tem uma luta muito firme, muito corajosa nessa direção, mas quero me somar aos seus esforços e dizer que nesse caso há uma dissonância.

As ruas nos colocam a questão da dependência química como uma das questões fundamentais a ser atacada pela sociedade. E não vemos a mesma representatividade da questão nos governos, nas Assembleias Legislativas, porque a questão é muito grande lá fora e pouco tratada aqui dentro.

Nós precisamos enfrentar esse desafio. Hoje, o dependente químico, em todos os municípios, tem muita dificuldade para se tratar. Recebemos,

diariamente, pedidos e precisamos enfrentar esse problema à custa, deputado Ismael dos Santos, da perda de uma geração. O problema é gigantesco e não vejo ainda, dos governos em geral, energia e importância suficientes para enfrentar esse flagelo.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR - Deputado Cesar Souza Junior, parabéns pela sua intervenção, que é muito pontual, aliás.

De fato temos acompanhado em Santa Catarina fazendo uma radiografia com alguns números até assustadores: 700 mil dependentes de álcool e 50 mil usuários de *crack* em nosso estado.

Nós, como membros da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas desta Casa, temos agilizado e acelerado um processo de conversa com o governo que está bem adiantado, estamos numa formatação final com as secretarias de estado da Saúde, da Assistência Social, de Cidadania e Justiça e com a própria secretaria da Segurança, no sentido de trabalharmos também nesse eixo. São quatro eixos: a prevenção, a reabilitação e a questão inclusive da parte jurídica, que é preciso que esta Casa também se preocupe com a elaboração de um projeto estabelecendo parâmetros e critérios dessa possível pactuação entre o governo do estado e as nossas organizações não governamentais.

De forma específica, v.exa. aborda hoje a questão da reabilitação. Está na hora de o governo do estado de Santa Catarina se aproximar das nossas comunidades - são mais de cem comunidades terapêuticas hoje em nosso estado -, para que possamos dar uma resposta ágil, eficaz às demandas da sociedade.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR - Muito obrigado, deputado, pela sua participação, v.exa. que tem uma história de luta nesse tema.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Obrigado, deputado Cesar Souza Junior.

É uma alegria vê-lo aqui conosco novamente. Sabemos que o colega tem uma luta diária, árdua pela frente, mas também quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que protocolei, na segunda-feira nesta Casa, um projeto de lei referente ao tratamento do dependente químico. Chegou a um ponto que não dá mais para fazer de conta que é tudo igual, que é assim mesmo.

Entendo que o estado, junto com a sociedade, tem que tomar uma decisão, e muitas vezes até polêmica, mas ela tem que ser tomada. E esse tema é extremamente importante porque dificilmente há uma família que não tenha problema com dependência química ou álcool ou droga lícita, ilícita, enfim, mas toda a família acaba sendo afetada por isso. Não adianta empurrar para os outros, é um problema de todos nós.

Então, quero aqui me irmanar ao seu pronunciamento e parabenizá-lo, pois com certeza demonstra a sensibilidade que tem em relação a isso.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR - Muito obrigado, deputado Dado Cherem, e parabênzito v. exa. pela iniciativa, porque justamente o que vemos é que não enxergamos os governos de uma maneira geral. Não estou aqui falando especificamente de um governo ou de outro. Não enxergamos esse problema tendo a dimensão dentro dos governos que existem na sociedade. Há uma diferença nisso aí, deputado Manoel Mota.

Hoje, vemos a droga, o *crak* chegar inclusive nas cidades pequenas, cidades de base rural, de agricultores; cidades, deputado Carlos Chiodini, de 4.000, 5.000 habitantes com boca de fumo! Então, não é mais somente um problema dos grandes centros, não é um problema das áreas mais carentes. Pelo contrário, jovens de famílias bem nascidas, bem cuidadas estão envolvidos por drogas porque é algo geral. Atinge pessoas de todos os níveis da sociedade, inclusive ficamos muito temerosos em ver que não há uma ação efetiva nessa direção, um problema que não escolhe casa, que não

dá para ser colocado apenas nos ombros dos pais. Muitas vezes os pais fazem a sua ação correta como educadores, mas mesmo assim a força das ruas tem uma influência muito importante nisso.

Mas hoje destaquei aqui a questão da recuperação e a prevenção começa muito cedo. Infelizmente, o tráfico de drogas vem arregimentando os seus seguidores nas famílias, nas crianças. Hoje, em qualquer comunidade que a gente vá encontramos crianças ainda já viciadas em droga, já servindo ao tráfico.

Então, a atenção à primeira infância, no início da vida da criança, e a atividade esportiva e cultural associada ao ensino são formas de criar vacinas. Este é um problema que tem que ser tratado de forma integrada, do seu nascedouro ao seu final, que é a recuperação, mas que precisa, sim, entrar de maneira definitiva nas agendas dos governos.

Por fim, quero aproveitar esses últimos minutos que me restam para cumprimentar a secretaria de Desenvolvimento Sustentável, na pessoa do secretário deputado Paulo Bornhausen, pela grande notícia que traz a Santa Catarina, que é a abertura da primeira etapa do nosso jardim botânico. Foi uma luta histórica, da qual esta Casa participou e ajudou a sustentar, a preservar a área pública íntegra e agora a primeira etapa será aberta à comunidade, à população. E teremos ali, sem dúvida, uma das maiores áreas de lazer, de contato com a natureza de Santa Catarina, algo emblemático não só para a capital do estado, mas para toda a nossa coletividade catarinense.

Quero destacar que se hoje vamos ter um jardim botânico é porque esta Casa também cumpriu o seu papel, soube ouvir a comunidade, mudar de opinião e garantir às futuras gerações mais áreas de contato com a natureza. Isso também é prevenção ao uso de drogas! Muito do uso das drogas está associado à falta de espaços de lazer e de convivência. Então, isso é tratar de maneira integral os problemas. Quero ver nossas crianças próximas da natureza, respirando ar puro, podendo conhecer o mangue e não vê-las à mercê do tráfico

de drogas como infelizmente acontece, o que nos dói muito.

Então, parabéns a esta Casa! Parabéns à secretaria de Desenvolvimento Sustentável, pois esta é uma obra muito importante, aliás, mais do que uma obra, é um presente para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Carlos Chiodini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje venho a esta tribuna para afirmar que o estado de Santa Catarina, para alegria de todos, superou as metas previstas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para o ano de 2011, sendo um dos destaques nacionais no ensino médio e nas séries finais do ensino fundamental.

Os catarinenses mantiveram-se na liderança do *ranking* nacional com média 4,9 nas avaliações entre alunos de 5ª a 8ª séries. Antes o estado dividia a primeira posição com São Paulo, que este ano obteve índice 4,7.

Na avaliação do ensino médio, Santa Catarina também passou a ocupar a liderança, com média 4,3. O nosso estado conseguiu superar as metas propostas nos três quesitos avaliados devido à continuidade das políticas públicas adotadas nos últimos anos, ampliação para nove anos no ensino fundamental, onde o objetivo é a aprendizagem e não a reprovação em grandes índices, como costumeiramente estávamos vendo acontecer.

Atualmente, 92% dos professores do estado possuem graduação e mais de 60% deles são pós-graduados, comprovando o contínuo treinamento, melhoria e aperfeiçoamento do currículo dos nossos mestres da rede pública estadual.

Essa é a fórmula do aprendizado; a motivação e a continuação desse desempenho dependem também das políticas que auxiliam o professor catarinense.

A pontuação das escolas no Índice do Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb -, 2011 será revertida em investimentos do Ministério da Educação e Ciência - MEC - nas instituições de ensino através do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE -, do governo federal.

Todas as escolas que conquistaram médias acima ou inferior à média nacional deverão receber recursos e o valor será aplicado na compra de material didático, na capacitação dos profissionais, e a quantia a ser recebida será definido a partir do número de alunos de cada instituição.

Senhor presidente, na qualidade de presidente da comissão de Educação desta Casa, fico muito feliz com os resultados alcançados por alunos e escolas de Santa Catarina, especialmente as escolas da cidade de Jaraguá do Sul e toda região do Vale do Itapocu, que no Ideb 2011 a cidade de Jaraguá do Sul despontou com nota 6,1, ultrapassando a média estipulada para o país em 2021, com especial destaque à Escola Municipal Atayde Machado, que atingiu média 7,5 nas séries iniciais, alcançando o terceiro lugar entre as mais bem colocadas de Santa Catarina.

As escolas Cristina Marcatto e Luiz Gonzaga Ayroso, ambas com média 6,3 nas séries finais, ocupam o terceiro e quarto lugar, respectivamente, na lista das escolas públicas catarinenses. A nossa luta hoje em Jaraguá do Sul é para todas as escolas municipais alcancem esse nível de educação e não apenas algumas.

Nos municípios de Corupá, Massaranduba, Schroeder e Guaramirim, nota-se uma importante evolução nos índices apresentados nos anos anteriores, tendo muitos desses alcançado ou superado as metas projetadas para o ano de 2011. Isso significa que esses municípios estão comprometidos na busca incansável do aperfeiçoamento e de melhores condições tanto para os professores como para os alunos.

Quero também lembrar, sr. presidente, que o valor do índice do desenvolvimento da educação básica é formado por dois quesitos: a nota da prova Brasil, aplicada nos anos ímpares aos alunos das 4ª e 8ª séries das escolas públicas, multiplicada pelo resultado do índice de aprovação de cada uma das instituições participantes, ou seja, não basta o professor treinar o aluno para a prova. É preciso garantir ao aluno o aprendizado constante. E isso está acontecendo em Jaraguá do Sul e em toda Santa Catarina e sendo aplicado em vários municípios catarinenses com mais ênfase ainda.

Sabemos que estamos aquém do índice ideal, mas nota-se o empenho de muita gente, alunos, professores, diretores de escolas, orientadores e uma infinidade de pessoas que nos certificam que, e as notas comprovam, estamos no caminho certo."

Por isso, sr. presidente, quero parabenizar todas as pessoas que contribuem diariamente para que os índices da educação catarinense sejam, e continuem sendo, referência nacional.

Temos certeza de que em breve estaremos alcançando índices ainda melhores, referenciais internacionais. E estaremos aqui, com toda certeza, divulgando e defendendo uma política que vise melhores condições para os alunos, os professores, as instituições de ensino e todos aqueles que fazem da educação uma esperança de dias melhores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda restam sete minutos do horário do PMDB. Pergunto se algum deputado do partido quer utilizar a tribuna?

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, vou fazer o registro de um assunto muito importante.

No domingo, em Caçador, as agremiações político-partidárias estavam fazendo a sua campanha normalmente, no bairro Martelo. Mas quando o PSD estava com a sua caravana fazendo a sua campanha com bandeiras, com a juventude organizada, em respeito à própria comunidade do bairro, ela foi surpreendida por um grupo de mais de 100 motos que tentaram tumultuar o andamento daquele pessoal do PSD que contava, inclusive, com a presença da candidata a prefeita, Sirley Ceccatto, e do candidato a vice-prefeito, Fically. Eles criaram um ambiente bastante constrangedor, ameaçando física e moralmente os candidatos. Colocaram a candidata entre o grupo de motoqueiros e empurravam-na para um lado e para outro.

Tenho aqui fotos e em algumas delas pode-se ver que a candidata está caindo; outras mostram que ela está no chão e em outras vemos que ela está sendo socorrida pelo Corpo de Bombeiros.

Nós lamentamos esse fato e temos certeza de que os organizadores não foram os candidatos de Oposição. Mas alguém montou o esquema.

Vejo aqui nas fotos bandeiras do PMDB, do PT e isso cria um ambiente bastante constrangedor. Acho que é muito ruim quando nos deparamos com esse tipo de agressão, porque o regime democrático deve ser respeitado na sua plenitude. Hoje, numa eleição municipal, não podemos tentar amedrontar quem quer que seja. Eu defendo aqui todos os partidos políticos, que são agremiações legitimamente organizadas, registradas, que têm o direito de promover o seu trabalho político-partidário. Mas tem que haver o respeito e a compreensão de cada um. Nós não podemos contratar os meninos das motos, que recebem pela sua atividade, para participar e tumultuar os demais que estão participando de uma campanha política legítima e democrática.

O eleitor que está na sua casa muitas vezes tem prazer em receber um cabo eleitoral, um candidato, para conversar, para trocar ideias, mas

as agressões físicas e morais não podem acontecer. Lamentavelmente isso aconteceu na minha terra, lá na minha querida Caçador, onde tem um povo respeitado e um povo respeitador. E a nossa candidata Sirley foi colocada em um empurra que parecia um bumerangue, que ia e voltava, até que uma hora ela caiu e sofreu algumas escoriações. Ela fez corpo de delito, houve a participação da Polícia, do Corpo de Bombeiros. Enfim, só fazemos esse registro no sentido de solicitar as autoridades competentes que tomem providências para que isso não ocorra, até para que não aconteça o pior.

Sr. presidente, recebemos há poucos dias uma correspondência de algumas entidades, inclusive de uma comissão de criadores, pessoas que mantêm um intercâmbio muito grande com a Cidasc e que estão assustadas, pois existe um comentário acerca do fechamento da CIA - Central de Inseminação Artificial - de Indaial.

Entramos em contato com o governador, com o secretário da Agricultura, solicitando que isso não ocorra, porque a Cidasc, através de seus técnicos, realmente comprova a necessidade de manter esse posto aberto. Mas ainda não recebemos a resposta, e mantereí contato pessoalmente para que possamos discutir a manutenção desse posto de inseminação artificial no município de Indaial, porque ele vem há muitos anos prestando um trabalho excepcional para Santa Catarina, inclusive na coleta de sêmen de touros de renome nacional.

Por isso, fazemos um apelo ao presidente da Cidasc, ao nosso governador, ao secretário da Agricultura, no sentido de encontrarmos uma solução para que não ocorra realmente o fechamento, ou se fechado possa ser reaberto dentro de uma estrutura mais enxuta ou talvez mais moderna, para que possamos utilizar esse centro de coleta para beneficiar os criadores de Santa Catarina. E solicito à Mesa Diretora a transcrição nos anais desta Casa do texto integral da correspondência que enviamos a essas autoridades citadas.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

*(Inserido na ata a pedido do deputado Reno Caramori.)*

“Florianópolis, 12 de agosto de 2012  
Ofício nº 0751/12

Excelentíssimo Senhor  
JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado de Santa Catarina  
Centro Administrativo do Governo  
Rod. SC-401 - km 5, n. 4600  
88032-000 - Florianópolis - SC

Senhor Governador,

Na última reunião do dia 20/07 da Cidasc com todos os gerentes estaduais e gerentes regionais, fomos informados de que uma das ações apresentadas para a redução de gastos é o fechamento da unidade do Posto Agropecuário de Indaial, mais conhecido como PAI, que terá seu funcionamento até 31/12/2012.

Sendo assim, considerando que:

- a Central de Inseminação Artificial localizada no município de Indaial (CIA) foi criada pelo ministério da Agricultura em 1952 - naquele ano foi realizado o 1º Curso de Congelamento de Sêmen Bovino no sul do país, sendo a 2ª do Brasil a realizar este processo, que na época foi inovador;
- a Cidasc assumiu a unidade em 1984 e desde lá já foram produzidas 1.250.000 doses de sêmen nas mais diversas raças, dando prioridade para as raças leiteiras (Jersey e Holandesa). Essa é a única unidade existente em todo o estado de Santa Catarina que realiza esse trabalho;
- atualmente a Central de Indaial produz sêmen de alta genética e vende esse sêmen para as Prefeituras ao preço de R\$ 3,50/dose - no momento é o mais barato existente no mercado, pois nos nossos concorrentes o preço é de R\$ 14,00/dose;

- a inseminação artificial hoje é a técnica mais barata eficiente para melhorar o rebanho do pecuarista. Atualmente temos em nossa Central em regime de coleta 12 touros, sendo das seguintes raças: Jersey, Holandesa, Nelore, Red Angus, Braford, Simental e dois touros Criolos Lageanos;

- com a saída da Cidasc/PAI do mercado nossos concorrentes estarão livres para praticarem o preço que bem lhes convier, pois hoje a Cidasc, através da unidade (PAI) de Indaial, trabalha como reguladora de mercado na venda de sêmen bovino;

- temos aqui toda a estrutura para realizar transferência de embriões;

- em relação aos treinamentos, anualmente são realizados 14 cursos/ano de inseminação artificial, formando uma média de 250 alunos/ano, com um total de 6.380 alunos treinados desde 1984;

- na central de treinamentos também são realizados outros treinamentos, tais como curso de Agentes de Saúde Animal (720 alunos), mas de 300 alunos no curso de Educação Sanitária, sendo este realizado para pessoas com formação superior, mais de 70 agricultores em capatazia só no último ano; e

- a unidade (PAI e CIA) é autossustentável, basta somar e analisar os movimentos financeiros dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 (até junho).

2012	2011	2010	2009	2008	2007
77.106,63	- 206.787,24	228.908,30	112.248,71	62.512,92	35.162,27

Obs.: O resultado negativo de 2011 deve-se ao fato da compra de vacas ocorrida nesse período e também ao fato de os animais (vacas) terem adoecido, impossibilitando a realização de cursos de inseminação artificial, gerando assim uma menor receita.

Diante desse fato, pedimos encarecidamente o apoio de vossa excelência, determinando que a Cidasc mantenha o funcionamento do Posto Agropecuário (PAI) e da Central de Inseminação Artificial (CIA), localizada em Indaial, uma vez que estamos convictos de que essa medida trará sérios prejuízos para a pecuária do nosso estado, pois com o fechamento do PAI os nossos produtores não terão mais onde realizar treinamento em inseminação artificial e de capatazia, tendo que procurar esses cursos em outros estados, além de

que não haverá mais coleta de sêmen, prejudicando assim um trabalho de melhoramento genético do rebanho catarinense, trabalho este que está sendo realizado desde 1985.

Na certeza de contar com a sua valiosa atenção, desde já agradecemos.

Atenciosamente,

(a) *RENO CARAMORI*  
*Deputado Estadual*"

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PTB, por até cinco minutos.

(Pausa)

Não havendo oradores do PTB que queiram fazer uso da palavra, o próximo horário pertence ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de oradores do PTB, damos por encerrado o horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Como é claro e evidente o número de srs. deputados em plenário, deixaremos para a parte da tarde essa questão de votação da redação final de vários projetos.

Como se tratam na Ordem do Dia desta manhã de matérias que requerem um número mínimo de srs. deputados para discutirem e votarem, nós postergamos para a parte da tarde essa questão para que possamos ter o número suficiente de srs. deputados para discutir e votar as matérias, encerramos a Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A primeira oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Bom dia, sr. deputado Nilson Gonçalves, que preside a sessão nesta quarta-feira.

Sras. deputadas Angela Albino e Luciane Carminatti, deputados Neodi Saretta, Ismael dos

Santos, Elizeu Mattos, Mauro de Nadal, Aldo Schneider e Carlos Chiodini.

Também um cumprimento muito especial a quem nos acompanha aqui nas galerias da Assembleia Legislativa, pela TVAL, pela Rádio Digital.

O que me traz à tribuna nesta manhã é um assunto muito importante que venho trabalhando muito, deputada Luciane Carminatti, a senhora que é professora na minha região, na região do vale do Itajaí, na cidade de Blumenau, que diz respeito à educação.

(Passa a ler.)

“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.” Palavras do grande educador Paulo Freire e que nos convida a uma reflexão acerca da importância da educação na vida de um povo, de uma sociedade e também do mundo.

É somente através dos bancos escolares que as nossas crianças estarão aptas a crescerem não só no tamanho, mas, principalmente, crescerem no seu intelecto, no desenvolvimento da sua inteligência. Por isso, é muito importante os governos, tanto dos municípios, quanto estado, quanto federal, investirem na educação, porque ela é transformadora.

Temos que investir também na qualificação profissional de jovens, de adultos, oferecendo um ensino superior de qualidade e gratuito. Essa sempre foi a nossa bandeira e o nosso compromisso enquanto deputada estadual.

Aqui fizemos grandes debates, principalmente não só quanto à capacitação do magistério catarinense, deputada Luciane Carminatti e deputada Angela Albino, mas na valorização dos nossos professores estaduais, sempre lutando pelo piso nacional do magistério em cima da carreira. Foi isso que votamos, mas infelizmente o governo do estado não valorizou os nossos professores estaduais.

Por isso, na data de hoje eu gostaria de destacar também uma notícia, resultado de muito trabalho e intermediação do nosso mandato com o MEC, Ministério da Educação.

Hoje também posso revelar a primeira boa nova que se refere às universidades, tanto a Universidade Federal de Santa Catarina quanto a Universidade Regional de Blumenau, a nossa Furb, que a partir de 2013 passam a atuar conjuntamente na cidade de Blumenau.

Nesse movimento de termos uma universidade pública e gratuita na nossa cidade de Blumenau lutamos muito. Fizemos várias audiências públicas, várias intermediações, trabalhamos muito com o comitê pró-federalização da Furb, juntamente com a reitoria, com os nossos professores, com o DCE, com a sociedade civil organizada, porque estamos lutando há muito tempo para que Blumenau tenha uma universidade federal pública e gratuita, de qualidade, na nossa região.

A parceria firmada na semana passada entre a reitora da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, a dra. Roselane Neckel, e o reitor da Universidade Regional de Blumenau, da Furb, dr. João Natel, vai dar origem, srs. parlamentares, sras. deputadas, sras. deputados, à terceira universidade pública federal de Santa Catarina, que vai ter, sim, na cidade de Blumenau. As outras duas, deputada Angela Albino, localizam-se em Florianópolis e a outra na Universidade da Fronteira Sul, no município de Chapecó, que foi luta da deputada Luciane Carminatti, dos deputados Pedro Uczai, Neodi Saretta e Dirceu Dresch, que são os representantes da região na Assembleia Legislativa, e foi um compromisso do presidente Lula, assim como em Blumenau irá acontecer um compromisso da presidenta Dilma Rousseff.

Houve o acordo com o aval da assessoria jurídica do ministério da Educação, MEC. Estivemos presentes com a nossa reitora Roselane Neckel e o reitor da Furb, João Natel, com o presidente do comitê da pró-federalização, professor Clovis Reis, com o deputado federal Décio Lima, juntamente com Aloísio Mercadante. E conseguimos avançar muito para que, no ano que vem, comece a funcionar o estudo público e gratuito em nossa região.

A assessoria jurídica do ministério da Educação interrompe a polêmica da federalização. Desde agosto do ano passado, a presidenta Dilma Rousseff anunciou, em Brasília, e estivemos presente, a criação de um *campus* da UFSC em Blumenau. Ficamos muito felizes com essa notícia, pois trabalhamos muito para que isso acontecesse.

Enquanto deputada estadual nos manifestamos inúmeras vezes em favor dessa aproximação entre UFSC e Furb. Realizamos diversas audiências públicas e intermediamos reuniões com Brasília, acompanhamos todo o processo de discussões que agora caminha, srs. parlamentares, para que tenhamos cursos ofertados aos nossos trabalhadores, aos nossos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade nem recursos para estudar e se formar. Com isso teremos em Blumenau o selo da qualidade da Universidade Federal de Santa Catarina, para que homens e mulheres possam agora fazer um curso gratuito.

Estou certa do êxito dessa parceria que une uma universidade respeitada como a Furb e possibilita a expansão e interiorização da UFSC na região. Os detalhes estão sendo alinhavados entre uma comissão com professores da Universidade Federal de Santa Catarina, de professores da Universidade Regional de Blumenau, a Furb, e o Ministério da Educação. A comissão fará um levantamento das potencialidades e demandas da região do médio vale, para ali instituir quais cursos irão começar a funcionar já no ano de 2013. A intenção é que a Universidade Federal de Santa Catarina, instalada na Furb, no ano que vem, possa responder ao apelo de maior número de vagas públicas na região do vale do Itajaí.

A outra notícia que gostaria de destacar aqui, nesta tribuna, prezados colegas, refere-se à excelência, deputado Ismael dos Santos que esteve juntamente conosco na luta para que isso se concretizasse, da qualidade do ensino superior de Santa Catarina.

O ensino superior brasileiro é composto por 2.377 instituições. De acordo com o MEC, deste total, 85% são faculdades, 8% são universidades,

5% são centros tecnológicos e 1,6% são institutos tecnológicos. Quero crer que hoje 26,7% dos adultos em idade universitária no país - de 18 a 24 anos - estão matriculados no ensino superior. A média é três vezes menor do que em países europeus e nos Estados Unidos, mas muito superior aos índices ostentados, deputada Luciane Carminatti, pelo Brasil há dez anos."

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Quero apenas parabenizá-la deputada Ana Paula Lima, por esse grande desafio assumido por sua pessoa e pelo deputado Décio Lima. Penso que vocês conseguiram comandar a possibilidade real e concreta de a nossa universidade comunitária ser transformada numa universidade federal.

Quero parabenizá-la e parabenizar também toda a comunidade de Blumenau por essa conquista ao ensino superior catarinense.

Parabéns!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputada Luciane Carminatti. Tenho certeza de que Blumenau merece, a região do médio vale do Itajaí merece, e a presidenta Dilma Rousseff entendeu que naquela região tínhamos que ter, sim, um braço estendido do governo federal possibilitando assim que a nossa gente, o nosso povo ordeiro e trabalhador possam, sim, estudar numa universidade pública e gratuita.

Foi uma luta árdua, deputada Luciane Carminatti; foi uma luta árdua, deputado Ismael dos Santos, deputado Neodi Saretta, mas valeu a pena porque agora na cidade de Blumenau podemos, no ano que vem, ter um estudo público e gratuito oportunizando à nossa gente a se formar numa faculdade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Na ausência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o próximo orador inscrito deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o próximo orador inscrito deputado Jailson Lima.

(Pausa)

Na ausência do deputado Jailson Lima, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Carlos Chiodini.

(Pausa)

Na ausência do deputado Carlos Chiodini, livre a palavra aos srs. deputados.

(Pausa)

Não há mais srs. deputados que queiram fazer uso da palavra.

Agradecemos à assessoria da Mesa Diretora pelas condições que nos deram de trabalho, aos servidores do plenário, aos policiais militares, ao pessoal da TVAL, da imprensa, enfim, a todos que fizeram com que esta sessão chegasse a bom termo.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.